



Anais da Assembléia

Nº 40

CURITIBA; QUINTA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1982

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Cotrim e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs DTL/23 e 24/82, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei, sob os seguintes números:

109/81: Do Senhor Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que cria o Município de ALTAMIRA, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de PALMITAL, o qual convertido em lei tomou o número 7.571.—
Anote-se. Arquive-se.

114/81: Do Senhor Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que cria o Município de SANTA TEREZINHA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de FOZ DO IGUAÇU e divisas que especifica, o qual convertido em lei tomou o número 7.572.—
Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro que a Sessão Extraordinária marcada para hoje, seja transferida para amanhã, dia 14, às 10:00 horas, e a inclusão na Ordem do Dia da Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 37/81.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para os Projetos de Lei nºs 52/82 e 33/82, ambos de sua autoria, que visam, respectivamente, dar nova denominação ao Município de Altamira e declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Presbiteriana, desta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se consigne em Ata, na data de hoje, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Senhor JOÃO TÚLIO MARCONDES DE FRANÇA JÚNIOR, figura exponencial da maçonaria paranaense, e que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) WALDYR PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O falecido senhor JOÃO TÚLIO MARCONDES DE FRANÇA JÚNIOR, ex-funcionário público, figura destacada na sociedade araponguense e do Paraná, pelos inúmeros trabalhos a elas prestados, tornou-se, sem sombra de dúvida, merecedor desta homenagem póstuma.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja marcada a data de 29 de junho vindouro para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, para o Senhor LÍBERO MASSARI.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor pela passagem do 34º aniversário de criação do Estado de Israel.

Quando há 14 de maio de 1948 foi criado o Estado de Israel, o Brasil teve destacada importância e participação na consecução desse fato histórico para o povo judaico e para a história da humanidade.

Continuando nossas tradições de amizade e cooperação mútuas em favor da paz e desenvolvimento dos povos, manifestamos nosso júbilo pela comemoração, bem como reafirmamos nossos compromissos.

Requer-se, ainda, que se dê ciência do presente ao Sr. SAMUEL FEIG, líder na comunidade israelita no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, Data Vênia, após ouvido o Plenário, o envio de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor JOSÉ HOSKEN DE NOVAES; Ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, Doutor LUBOMIR FICINSKI e ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor NIVALDO ALMEIDA NETO, no sentido da implementação de um Programa Emergencial de Atendimento aos vinte novos municípios recém-criados e ainda não instalados, que se encontram carentes de obras públicas urbanas. Dito programa, se estabelecido, deverá assegurar à Secretaria dos Transportes, através do DER, a manutenção de máquinas e equipamentos, bem como pessoal, para a realização de obras urbanas e reaparelhamento das rodovias vicinais municipais.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Pretende o autor da presente proposição criar, para os vinte novos municípios recém-criados e ainda não instalados, condições de assegurar às suas populações o usufruto de obras públicas tão necessárias.

O que se observa é que esses municípios, já tendo sido tecnicamente desmembrados, estão carentes de recursos para a administração de programas próprios de obras municipais.

O Estado, porém, tem condições de vir em socorro dessas novas comunidades, criando um Programa Emergencial de Atendimento, onde prevaleça, com prioridade absoluta a execução de obras e serviços públicos, com a conservação de ruas e de estradas vicinais municipais.

Nessas condições, através da Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios, poderá ser repassado à Secretaria dos Transportes toda uma gama de recursos financeiros, para a mobilização do Departamento de Estradas de Rodagem, a quem caberia a execução do Programa, mantendo em cada localidade, máquinas, equipamentos e pessoal próprio.

Com isso, estará o Governo do Estado, dando uma resposta positiva a milhares de pessoas, residentes nos novos municípios e que hoje se encontram praticamente alijados do processo de desenvolvimento das antigas sedes, obviamente por questões políticas e mesmo por questões de ordem técnica.

Esse programa, emergencial e prioritário, ainda que temporário, contribuirá de forma efetiva para o bem-estar dessas populações e para a valorização da política de desenvolvimento dos municípios, uma das diretrizes maiores do Governo do Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, Data Vênia, após ouvido o Plenário, o envio de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador JOSÉ HOSKEN DE NOVAES e ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes NIVALDO ALMEIDA NETO, no sentido da implementação, através do DER, de um Programa de Apoio ao Agricultor, para atendimento específico às regiões Oeste e Sudoeste do Estado, para escoamento da próxima safra de trigo. Dito programa deverá desenvolver serviços de manutenção das rodovias vicinais municipais, que se encontram em precárias condições de conservação.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente proposição sensibilizar o Governo para o drama dos produtores das regiões Oeste e Sudoeste do Estado, responsáveis por 50% da produção agrícola do Paraná.

Ocorre que dentro de quatro meses aproximadamente

aqueles regiões estarão colhendo a safra de trigo, que, segundo estimativas, deverá ser uma das maiores.

O grande problema é que, na fase do escoamento dessas safras, os agricultores têm grandes dificuldades, em vista da precariedade das estradas vicinais municipais, praticamente desatendidas em face da falta de recursos próprios das Prefeituras Municipais.

Ora, o Departamento de Estradas de Rodagem poderá prestar atendimento a essas rodovias, desde que amparado por um programa específico, que vise fundamentalmente executar serviços de manutenção e conservação.

Sobretudo, é lamentável o estado de conservação das pontes, algumas delas aquém da capacidade de cargas dos pesados caminhões que hoje trafegam na região, transportando os produtos agrícolas.

Assim, é imprescindível o apoio direto por parte do DER a essas comunidades e, especialmente, a esses pólos de produção que respondem anualmente com elevados índices, em tonelagem, de produtos como soja, milho, trigo e outros, destinados à exportação.

Assim sendo, parece ao autor da presente proposição, de grande oportunidade, a implementação, por parte do Governo do Estado, desse Programa de Apoio ao Agricultor, que muito contribuirá para o incremento da produção e para o escoamento livre e desimpedido e acima de tudo, mais rápido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Desembargador HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando envio de Mensagem a esta Assembléia Legislativa, reformulando a lei do Regimento de Custas.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

É sabido que a lei fixando as custas para os feitos judiciais e extra-judiciais, extrapolou os limites da tolerância das partes que necessitam da prestação dos respectivos serviços nas relações dos cidadãos perante a sociedade.

A Mensagem original foi alterada substancialmente, mediante substitutivo geral, o qual não obedeceu as regras da Carta Magna, padecendo de vício insanável, que a qualquer momento poderá ser questionado na justiça.

O clamor e revolta que as atuais custas vêm causando, além de dificultar a prestação jurisdicional às partes, estabelece limitação nas relações civis e comerciais das camadas mais modestas, constituindo assim, instrumento de pressão econômica. Em face desses aspectos, concorre ela para que se avolumem as relações de negócios que ensejam conteúdos judiciais e extra-judiciais, agravando o clima de tensão social.

Nestas condições, há que se restabelecer o equilíbrio e a convivência harmônica da sociedade, mas com a vigente lei, já taxada de iníqua, torna-se difícil o controle dessas ingerências do poder econômico nas relações entre as pessoas.

É urgente a intervenção dos Poderes constituídos, no sentido de resguardar o direito dos cidadãos, consoante já se pronunciou o Excelentíssimo Senhor Desembargador Heliantho Camargo, DD. Presidente da Superior corte de Justiça Estadual que, através da imprensa já se posicionou favoravelmente à sua reformulação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. SÉRGIO AUGUSTO FLEISCHFRESSER, MD Engenheiro Chefe do Departamento dos Serviços de Transportes Comerciais da Secretaria dos Transportes, solicitando a implantação de uma linha de ônibus ligando o Município de Cafelândia à Cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os jovens estudantes residentes em Cafelândia, estão sentindo há muitos anos uma séria dificuldade que se transforma em barreira para a continuidade dos seus estudos, que é a inexistência de um transporte que os faça chegar ao centro de estudo mais próximo, localizado em Cascavel.

Sendo um município constituído, na maior parte, por agricultores, os jovens não têm condições de freqüentar as aulas da Faculdade de Cascavel, distante 45 km da sede do recém-criado município.

Sabendo das dificuldades que os esperam, sentem-se revoltados com tal situação, já que há muitos anos reivindicam meio de transporte, sem êxito até agora, obrigando-se a abandonar seus estudos ou mudarem de residência, prejudicando sem dúvida o desenvolvimento daquele município, pela falta de instrução superior da população local, indispensável ao progresso deste País.

Ademais, a reivindicação é postulada de forma coerente e justa, já que se refere à autorização a ser concedida a uma das empresas de ônibus que circulam na região, que colocaria um coletivo especial para esse fim.

Não há qualquer despesa para o erário, nem qualquer problema de natureza administrativa, mas mesmo que tivesse, o investimento seria vantajoso a longo prazo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, de sugestão de alteração a ser procedida no Código Civil, por ocasião da reforma ao referido diploma legal, cujas demarches estão iniciando.

A alteração pretendida é a da inclusão da mulher na gestão dos bens do casal, sejam eles imóveis, móveis ou semoventes, assegurando-lhe a anuência em qualquer alienação de bens no valor superior a cem (100) valores de referência.

Intenta-se com isso, o estabelecimento de gerência solidária e vinculada na sociedade conjugal.

Outrossim, requer ainda, que a sugestão seja enviada em seu inteiro teor, incluindo-se a justificativa.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Nos dias de hoje não é difícil a ocorrência de alienação de bens móveis que sobrepujam, e muito, em valor, os bens imobiliários possuídos por um casal. Ditos móveis na maioria das vezes, a par de serem adquiridos com esforço comum de ambos os cônjuges, representam e quase sempre, fonte de recursos para a manutenção familiar.

Ocorre que, por ocasião da venda destes bens comuns a toda uma família, ninguém mais é chamado a anuir, senão aquele que o tem registrado como seu, e vários casos têm ocorrido, de famílias inteiras terem visto dilapidado todo o seu patrimônio, em consequência de um gesto menos pensado de parte do detentor do bem alienado.

Assim, vários casos de venda, de caminhões cujo valor ultrapassa até mesmo a quantia avaliada da moradia familiar, tem deixado ao desamparo, cônjuge e dependentes, que não são chamados a opinar sobre a venda.

Não é de desconhecer-se os inúmeros casos de separação e divórcio hoje praticados que dilapidam os bens dos familiares com o artifício, até agora legal, da venda prévia de bens móveis e semoventes.

Para corrigirmos esta aberração, impõe-se a urgente reformulação dos capítulos que tratam dos direitos e deveres do marido e da mulher, insertos no Código Civil, amparando assim a família e sanando o vício ora existente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, na forma do artigo 126 do Regimento Interno, após manifestação do Plenário, seja determinada a juntada do projeto de sua autoria, que trata da reciprocidade de tempo de serviço do funcionário público, à Mensagem Governamental 58/82, por se tratar se matéria idêntica.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — O Deputado Renato Bernardi ocupará o horário da Liderança do PMDB durante treze minutos, e o restante, o Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A História Nacional Brasileira comemora, no dia de hoje, 13 de maio, o dia da Emancipação da Raça Negra, que indiscutivelmente, dentro do sincretismo cultural, religioso e étnico, teve uma contribuição extremamente interessante para a formação dos valores nacionais.

Julgo oportuno, portanto, ler neste instante, dentro da Carta Programa do PMDB, no capítulo destinado às minorias, e à organização da sociedade, o item específico relacionado aos negros:

“ O PMDB entende que os negros são, em nosso País, discriminados econômica, social e culturalmente. A imensa população negra de todos os matizes vive, em sua maioria, em condições de miséria nas cidades e nos campos, padecendo de subnutrição e das crônicas deficiências que ela provoca. Por isto, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro propugna pela criação de condições que lhes permitam romper o círculo vicioso configurado pela situação de pobreza e imobilidade social a que estão submetidos.

Tais condições deverão traduzir-se em melhores condições de educação, incluída a qualificação profissional, bolsas de estudo, obrigatoriedade de conceder matrículas em estabelecimentos de ensino, empregos em atividades produtivas e participação em entidades culturais.

O PMDB exigirá que os negros sejam respeitados como homens e mulheres e defenderá, na integridade, seus direitos, como cidadãos brasileiros.

O PMDB defenderá também, a preservação do patrimônio cultural dos negros e o estudo da história da população

negra, valores que têm sido desprezados e deturpados”.

Esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a parte no tocante às minorias que está inserida na Carta Programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Mas, muito mais do que uma tomada de posições programáticas, que faz o PMDB na projeção da sua luta em favor das minorias, quer me parecer que este dia 13 de maio deve representar para nós também, um ponto de reflexão.

Já no dia 19 de abril comemorávamos — não sei se a palavra deveria ser esta: comemoração, mas registrávamos o dia dedicado a cultuar a figura do índio na formação da nacionalidade brasileira. E hoje, no dia 13 de maio, parece-me também apropriada a oportunidade para que façamos uma reflexão em torno desta minoria representada pelos nossos irmãos negros.

Trazidos compulsoriamente do Continente Africano, aqui passaram a constituir a primeira força de trabalho nos mais variados ciclos econômicos porque passou o Brasil durante a sua fase histórica, durante o período do Império e ainda, durante o período da República Velha, porque, se de um lado a Lei Áurea da Princesa Izabel preconizou a quebra do vínculo de trabalho entre esta mão-de-obra e seus patrões, não teve, entretanto, o condão de dar à estas minorias, as mesmas condições e as mesmas oportunidades que o Império brasileiro estava dando a partir de 1824, aos grandes contingentes de emigrantes, que saindo da Europa, vieram procurar nas terras brasileiras um lugar de tranquilidade, de perspectiva de trabalho que não encontraram no Velho Continente.

Se, de um lado criava-se dentro de um Império a consciência pré-capitalista da necessidade de uma mão de obra re- ciência pré-capitalista da necessidade de uma mão de obra remunerada para ativar um insipiente mercado consumidor e as razões que motivaram em grande parte a emancipação da raça negra no Brasil, foram razões de ordem econômica de implicações pré-capitalistas a exigir a expansão do mercado consumidor.

Entretanto, não houve a preocupação de ordem nacional, de ordem moral, de ordem humana e de ordem cristã, no sentido de dar a esses milhões de irmãos nossos a oportunidade efetiva de se engajarem e se integrarem no processo social brasileiro.

E, se muitas vezes os autocratas brasileiros saem a público para decantar a inexistência da segregação racial neste País, a inexistência do preconceito racial, esquecem-se estes autocratas, que a primeira condição para que o homem aspire ao seu bem maior que é exatamente o respeito fundamental aos seus direitos básicos e a independência que o homem deve ter no conceito social do seu grupo, no sentido de garantir para si e para sua família aqueles requisitos mínimos que diferenciam um homem de qualquer outra parte componente do gênero animal da terra.

E, enquanto há a raça negra, são negadas as oportunidades de acesso aos bens fundamentais na prática e na ação política e social brasileira.

Há de se entender então, Sr. Presidente, a inexistência aparente deste preconceito, desta agregação, mas é preciso que a eles seja garantido também o acesso aos bens fundamentais que a civilização humana desenvolveu para uma humanidade como um todo.

Sirva, portanto, esta presença na tribuna desta Assembléia, em nome da Liderança da Bancada do PMDB, para trazer-mos à esta Casa, e registrarmos nos seus Anais, pontos de reflexão para que finalmente, o Brasil como Nação, e como um todo, possa ver respeitados e fazer respeitar os direitos fundamentais das minorias que atuam na construção do grande Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná fica órfão, a partir de hoje, com a saída do General Ney Braga do Governo. Os paranaenses nascidos depois de 1960, somente conseguiram sobreviver e obter os frutos da civilização moderna, graças à ação deste grande patriarca.

A parte, as grandes desgraças climáticas, as epidemias, as endemias, foi a ação de Ney Braga que nos proveu daquilo que necessitamos, inclusive o ar que hoje se respira em nosso Estado.

Só podemos pensar assim, depois da intensa propaganda do Governador sobre si mesmo e sobre o seu governo. Talvez não se possa dizer o mesmo de toda a América, mas em grande parte o Brasil e na totalidade o Paraná, sua história se divide em antes, durante e depois do General Ney Braga, conforme se vê, ouve e lê na imprensa e em todos os meios de comunicação que recebem esta informação engendrada no Palácio Iguaçu pela equipe de assessores do “messias” Ney Braga. É até possível que as gerações futuras nasçam devendo ao Sr. Ney Braga como nascem, devendo a dívida externa brasileira.

Entendemos que todos os que trabalham e produzem devem fazer o exercício da humildade e analisar se foram eles que produziram, que fizeram alguma coisa, que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, da indústria, do comércio, das atividades intelectuais, ou se foi o General Ney Braga, com sua presença total, irradiante, plena, que a todos ungiu. Poucos neste Estado e ninguém com tanta perfeição cultivou o poder e os poderosos para obter vantagens pessoais e se manter em cima. E será que alguém sabe dizer qual é o pensamento político do General, se é que ele alguma vez cuidou de tê-lo?

E é exatamente este mau exemplo de posição política, de ideário pessoal, de comportamento político e partidário, que pretende erigir-se como o ponto de referência para todos os paranaenses.

Na sua despedida oficial da política, ontem, dia 12 de maio de 1982, no horário nobre, o General Ney Braga assumiu para si os feitos deste Estado. Para ele, não existiram outros Governadores, como Paulo Pimentel e Jayme Canet Júnior, que impulsionaram este Paraná ao longo desses anos.

Na despedida oficial do General Ney Braga da política paranaense, só temos a lhe desejar muitas felicidades como cidadão comum a partir de 15 de novembro. E que transmita aos netos, principalmente, lições de humildade.

É esse o nosso desejo.

E mais, que não dê o mau exemplo aos mais jovens, ao usar recursos financeiros do povo do Paraná para custear suas badalações nas televisões, rádios e jornais. Só a rede estadual de ontem, deve ter custado aos cofres do Estado a bagatela de 25 milhões de cruzeiros. É o dinheirinho suado do nosso trabalhador, sendo usado em proveito próprio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A democracia é isso aí. Enquanto um Deputado da Oposição faz ironia com a saída do Governador Ney Braga, enquanto outro Deputado da Oposição ainda nesta semana, dizia que Ney Braga é responsável pelo desemprego, pela migração verificada no Paraná, sem compreender que o que está havendo é uma relocação da mão de obra porque se abriram novas frentes de trabalho, vem o maior “jornal do Paraná”, jornal imparcial porque abre suas páginas tanto à Oposição quanto ao Governo, o jornal que merece o mais profundo respeito de todos os paranaenses, porque jamais em toda sua história foi faccioso, um jornal que, no Paraná, assemelha-se em muito ao que era LA PRENSA, em Buenos Aires, e a o que é o ESTADO DE SÃO

PAULO — é a GAZETA DO POVO, vem, no, seu editorial de hoje, dizer o seguinte:

“O Paraná é um vencedor permanente, de números, também.

Não há estatísticas que o resistam. A marcha do seu crescimento é uma constante inexorável, malgrado, ocasionalmente, ocorram contrações como geadas sobre os cafezais, ou o fortalecimento do processo migratório (a que eu me referi há pouco) apenas para buscar a ilustração dos exemplos que são logo em seguida, superadas; cremos pois que os números são parâmetros difíceis para avaliar um período administrativo, mesmo que espelhem grandeza, como na fase desse segundo Governo Ney Braga.

Ao longo dos anos, nossas colunas veicularam valores numéricos e referências estatísticas, procurando informar os paranaenses sobre as realizações concretizadas neste quase quadriênio (aí o engano único do jornal — nesse triênio) de trabalhos de Ney Braga. Agora, quando amanhã à tarde entregará a chefia da Administração Pública ao Dr. Hosken de Novaes, preferimos uma análise inicial, sem o auxílio dos números mesmo que fosse possível um exercício comparativo entre os dois períodos de Governança do atual Chefe do Executivo, mas, então, quais os critérios que permitiriam um ajuizamento sobre este Governo? A resposta há de estar em consonância com o claro e natural respeito que seu nome impõe a toda a comunidade paranaense, há muitos anos.

Difícil talvez, se levarmos em linha de consideração, a circunstância de que a História haverá de julgar, com o tempo, muito melhor e mais apropriadamente, o que Ney Braga e sua inquestionável liderança em termos de presença não só no Paraná como a nível nacional. Foram, na verdade, períodos absolutamente distintos: do primeiro, por exemplo, ainda estão muito vivos na lembrança de todos nós, os inquietantes movimentos de crescimento do Sudoeste e sua gente, envolta em condições sócio-econômicas graves, a exigir o bom senso no encontro de soluções, que foram serenas e é um modelo de uma administração que se consagrou, ao longo dos anos, como exemplar em todo o País.

E pode-se afirmar que, a paz e a tranqüilidade obtidas, tiveram reflexo neste novo período administrativo que termina amanhã, marcado por tranqüilidade de toda uma comunidade, voltada, com afinco, para o trabalho, no que foi acompanhada por novas realizações de Ney e sua excelente equipe, tendo, como ponto alto, o homem para quem em todos os sentidos, foram dispensadas atenções especiais.

A grande verdade é que, politicamente, vamos caminhando para, após o 15 de novembro, novos caminhos; são caminhos abertos no Paraná, por uma Administração correta e eficiente e dirigida para uma renovação muito bem acentuada pelo Governador Ney Braga quando afirmou: “Quem estaciona no presente, já está morando no passado”.

Tudo isto leva a refletir sobre o acerto da Administração Ney Braga, são aspectos relevantes onde a tranqüilidade para o trabalho, o desenvolvimento e o cuidado para superar as dificuldades financeiras e econômicas pelas quais passa toda a Nação, constituíram a tônica de um Governo que só soube fazer o bem para o Paraná, a preocupação com o futuro e o sentido profundamente humano de viver o problema social e lutar pelo bem-estar da população paranaense, foram tônicas de uma administração exemplar que, em um ‘balanço social’ merecerá o reconhecimento, não só dos paranaenses, mas de todo o Brasil.

E quem diz isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o editorial do maior jornal do Paraná, o maior e o mais imparcial. O resto, são os ‘fiori luiz’ e os ‘nelson friedrich’ da vida.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Ailton Cordeiro — Sr. Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência é muito feliz ao registrar nos Anais da Casa, o editorial de hoje da Gazeta do Povo.

Ouvíamos o pronunciamento feito pelo Deputado Fiori Luiz sobre a vida pública de Ney Braga, e ainda hoje líamos num dos jornais da Capital, algumas referências feitas pelo ex-Deputado Alencar Furtado, a Ney Braga, ao tempo de Senador desta República, e hoje, após o almoço, mergulhamos na leitura da despedida de Ney Braga do Senado Federal.

Peço vênha a Vossa Excelência para ler alguns apartes que foram feitos, não só o discurso de Ney Braga como Senador, mas o discurso do Senador que saudava Ney Braga no momento de sua despedida, o Sr. Ruy Santos. Aparteando Ney Braga, disse o Senador Nelson Carneiro, hoje PMDB. Expressão literal do Senador Nelson Carneiro: “Para nós do Movimento Democrático Brasileiro, a escolha de Vossa Excelência referindo-se à escolha para o Ministério da Educação e Cultura — transcende as linhas comuns.

A escolha de Vossa Excelência é uma mão estendida aos que exercem no Brasil a função pública, é a esperança de que dias mais claros, porque mais solidários se criem entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, e ninguém melhor do que Vossa Excelência, com a vivência de antigo Deputado e de atual Senador, pode traduzir este diálogo indispensável à grandeza do País e ao melhor entrosamento entre quantos trabalham pelo seu engrandecimento”.

Permito-me ler também um trecho do aparte do Senador Petrônio Portela, o mesmo Senador condutor da abertura política em nosso País.

“Vossa Excelência vai ser, como Ministro da Educação, o que vem sendo ao longo da vida: eficiente, capaz, probo, brilhante. Aqui Vossa Excelência deu exemplo de orador sóbrio, eloqüente e capaz que é, do homem público debruçado sobre uma mesa de trabalho produzindo pareceres que engrandecem os Anais do Congresso Nacional e que foi para felicidade pessoal minha, um extraordinário administrador, que à frente da Primeira Secretaria inovou, melhorou e aperfeiçoou os nossos trabalhos. Meu caro companheiro Ney Braga, que Deus o ajude, dando-lhe forças, talento já o tem, para continuar a servir bem o Brasil”.

Vou mais adiante, Deputado Erondy Silvério.

Depoimento de outra figura insuspeita da política nacional, o Senador gaúcho Daniel Krüger.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Um dos maiores liberais deste País.

O Sr. Ailton Cordeiro — Disse Daniel Krüger: “Nobre Senador, o Senado oscila nesta hora entre dois sentimentos contraditórios: o sentimento de perdê-lo e a glória que Vossa Excelência atinge que é uma glória da Casa, uma glória nossa. Temos a mais absoluta e integral confiança em que Vossa Excelência corresponderá à expectativa da Nação, à confiança do Presidente e à crença dos brasileiros”.

Vou mais além e encerrarei com esta última manifestação, Deputado Erondy Silvério.

Discursava o Senador Rui Santos e dentre tantos apartes ele foi aparteado pelo Senador Franco Montoro, hoje considerado uma das bandeiras da Oposição em nosso País.

E disse Franco Montoro: “Desejo também dizer uma palavra de homenagem a Ney Braga, neste momento em que todo o Senado Federal, num testemunho unânime, reconhece as qualidades e proclama a grande esperança que tem na atuação de Vossa Excelência”.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência me permite?

Franco Montoro é o candidato do PMDB ao Governo de São Paulo?

Erondy Silvério.

"Desejo, como antigo companheiro de Ney Braga no Partido Democrata Cristão, dar meu testemunho e reforçar essa esperança. Já ouvi de muitos jovens esta afirmação: "O Passado de Ney Braga, a sua abertura ao diálogo, a sua capacidade de compreender a juventude, podem representar para o Brasil, para o futuro Governo e para o futuro de nossa terra, a incorporação da nossa juventude ao nosso desenvolvimento". Equívocos poderão ser desfeitos, dificuldades poderão ser superadas por essa qualidade extraordinária de comunicação, de compreensão que sempre demonstrou na vida pública este homem exemplar que é Ney Braga" — palavras do Senador Franco Montoro.

Deputado Erondy Silvério, os conceitos na vida não desmancham com demagogia; os conceitos feitos por homens sérios são perenes, são eternos, e aqui está para quem quiser consultar este documento do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço, porque o aparte de Vossa Excelência realmente foi muito melhor que o meu pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, nos poucos minutos que me resta, eu gostaria de dar uma resposta ao Deputado Nelson Friedrich.

Mas, como ele se encontra ausente, deixarei para outra oportunidade, porque eu gosto muito de analisar os provérbios populares, porque a alma do povo é sábia: "Quem diz o que quer ouve o que não quer". E ele hoje ouviria o que não gosta de ouvir, se estivesse presente.

Ontem, Sr. Presidente, quando pedi a Vossa Excelência que fizesse cumprir o Regimento da Casa, porque a matéria estava sendo votada ainda na Ordem do Dia e alguns elementos da Polícia Civil adentraram o plenário, o recinto da votação, a fim de evitar que os lamentáveis acontecimentos da véspera se repetissem.

Mas, entretanto, fui agredido por um jovem que estava no cueiro quando foi editado o AI-5, a 13 de dezembro de 1969, e eu era o Presidente deste Poder.

E, democrata como sempre fui na minha vida, não admito que esse menino me chame de nazista, de reacionário de direita, porque Vossa Excelência e os Deputados da época sabem o tipo de pressão que eu sofri por parte da Quinta Região Militar, para que abrisse as portas do Poder Legislativo, os cofres da tesouraria, para que uma comissão de militares fizesse uma devassa na Administração Aníbal Cury, então Secretário deste Poder.

Vossa Excelência e todos os Deputados da época sabem como reagi, sabem o preço que paguei por esta reação: fui impedido de concorrer a uma reeleição certa para Presidente da Casa. E onde é que estava esse moço? Nos cueiros.

Esse moço não pode falar em democracia, em resistência à democracia, não pode pegar um homem que em 25 anos sempre teve uma posição definida na política como liberal de centro, ex-integrante do PSD, o Partido que praticou a verdadeira democracia neste País. Fiquei na ARENA por circunstâncias, como outros grandes democratas que foram para o PMDB, como Ulysses Guimarães e outros, também por circunstâncias.

Dou apoio a este grande e eminente Governador, o maior de todos os tempos da história do Paraná, por convicção. Não admito que um menino venha a me chamar de nazista, como o fez ontem. Se ele estivesse presente, diria a cor que ele é. Diria, porque os jargões que ele usa aqui neste Poder, sabemos quem os usa, atrás da cortina, e aqui dentro do País.

Mas, se iludem estes moços que pensam que o povo brasileiro vai botar cabresto do comunismo internacional. O povo brasileiro sempre foi...

O Sr. Gabriel Sampaio — Permite-me um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... um povo livre, que não admitiu estar sob o jogo de ninguém.

Estão aí as nossas guerras coloniais, as invasões holandesas, francesas e inglesas, a demonstrar o espírito de liberdade que, graças a Deus, possui o povo brasileiro. Somos um povo democrata por excelência, somos um povo cristão, somos um povo que cultua o amor à nossa Pátria, à nossa família, à nossa propriedade.

Sr. Presidente, lamentavelmente ontem ainda continuou aquele palco armado para demagogia, pela presença de policiais que deveriam estar em seus postos, zelando pela segurança da população; e não convocados aqui por um delegado que pode ser honesto, porque conheci seu pai, foi um homem excelente, e o filho o deve ser. Culto, pode ser culto. Correto, pode ser correto. Patriota, pode ser patriota. Não nego estas qualidades.

Mas que não dá o direito de agredir, como agrediu, os Deputados componentes da Bancada do PDS nesta Casa, que se constitui maioria. Graças a estes Deputados é que foi votado o Estatuto da Polícia Civil, porque a Oposição tem vinte e cinco membros, apenas quinze estavam na Casa; número insuficiente sequer para a continuidade dos trabalhos, quanto mais para aprovar um Estatuto, um Código de Leis, que trouxe benefícios incontáveis e concretos à Polícia Civil.

Entretanto, aquele eminente Delegado, candidato — que é um direito seu, pelo PMDB — que também é um direito seu, aproveitou-se de inocentes úteis para agredir uma bancada que esteve aqui, pacientemente, ouvindo tudo, mas que ao final votou o Estatuto porque ele era necessário.

Era e é necessário para que a Polícia Civil realmente tenha melhores condições de vida. Tendo melhores condições, melhor poderá desempenhar a árdua missão que lhe é destinada, para assegurar a tranqüilidade da população paranaense.

Sr. Presidente, se pedi o cumprimento do Regimento Interno da Casa, dou a minha palavra a Vossa Excelência e a todos os Srs. Deputados, foi apenas para que não se repetissem aqueles lamentáveis episódios da véspera.

Entretanto, o nobre Parlamentar assinou, compreendeu. Preferiu dizer que eu não estava habituado a viver sem o AI-5. Não sabe ele o que aconteceu nesta Casa, em 14, 15, 16, 17 e 18 de dezembro de 1969. Não sabe quem foi que resistiu a tudo, aqui dentro, e que tão logo este Deputado foi apeado da Presidência, instalou-se dentro desta Casa uma Comissão de Inquérito Militar.

Os Deputados estão lembrados que aqui parecia um acampamento de tropas. Eram coronéis, majores, capitães, até soldados a tripudiar sobre os Deputados. Mas não sob a Presidência deste Parlamentar, que foi apeado do Poder, mas resguardou a sua honra e sua integridade até o último momento.

Por isto, não admito que jovens como este, que está iniciando na política, que tem qualidades pessoais, que pode ainda vir a ser um grande parlamentar deste Estado, invista contra um homem que tem um passado limpo, correto e inteiramente dedicado à democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Srs. Deputados.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Geraldo Baptista Chaves, Prefeito Municipal de Cêu Azul.

(O Sr. Presidente procede à leitura do ofício do Sr. Governador do Estado). (Lê):

Of. DTL/25/82

Curitiba, 13 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Venho à presença de Vossa Excelência e dos Ilustres Componentes dessa augusta Assembléia Legislativa, a fim de informar que, no dia 14 de maio de 1982, afastar-me-ei definitivamente do cargo de Governador do Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 151, § 1.º, alínea 'c' item 1, da Constituição Federal, com a modificação decorrente da Emenda Constitucional número 19/81.

Desejo, nesta oportunidade, externar mais uma vez a Vossa Excelência e a todos os integrantes desta Casa de Leis, as minhas calorosas homenagens pelo trabalho marcadamente profícuo que esse egrégio Poder Legislativo realizou em favor do Estado do Paraná, durante o período em que exerci o honroso mandato que ora se encerra.

Valho-me também do ensejo, Sr. Presidente, para reiterar a Vossa Excelência as minhas expressões de alta estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado N/CAPITAL

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 37/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. nº 39/81), que dispõe sobre novo Estatuto da Polícia Civil do Estado. (Anexa Mensagem Aditiva nº 50/82). Parecer Favorável da Comissão Especial. — COM EMENDAS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 35 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 37/81.

O SR. JOSÉ TAVARES — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado José Tavares, para discutir.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqueles que, nas sessões de anteontem e ontem aqui estiveram, devem ter saído desta Casa com a impressão de que este Deputado é que estava sendo julgado e não o Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

Digo isto porque durante a fase de encaminhamento de votação das emendas, valendo-me de um direito regimental, de encaminhar uma a uma, usando dos argumentos de que disponho, diante do texto original, para discussão, fui por alguns Deputados do Governo, destacando o Líder da maioria nesta Casa, o alvo das suas preocupações.

Quando na realidade, penso eu, tenho certeza que também pensavam os policiais, a razão, a preocupação de todos nós, principalmente daqueles que se dirigiam à nossa pessoa, era de discutir efetivamente o Estatuto da Polícia Civil do Paraná. Mas, talvez por falta de argumentos, por falta até de conhecimento da matéria, em todas as oportunidades em que usamos a palavra, para encaminhar emenda por emenda, ouvimos de

alguns Deputados do Governo, considerações à nossa pessoa, trazendo à baila pronunciamentos que fizemos, de forma pública e não negamos, destacando apenas trechos que convinham para a oportunidade, se esquecendo também que ao mesmo tempo em que criticamos a instituição policial como um todo, muitas e muitas vezes a defendemos. E se a criticamos é porque queremos ver uma instituição limpa, digna e sadia, para que possa servir aos interesses da comunidade.

Sei que aqueles que aqui vieram, saíram daqui com a impressão de que não era o Estatuto da Polícia Civil que estava em discussão, mas sim, a pessoa do Deputado José Tavares.

Hoje, discute-se nesta Casa em terceira discussão, o Estatuto da Polícia Civil, como matéria em regime de urgência.

Essa urgência poderia ser justificada, se contivesse a mensagem enviada pelo Sr. Governador, um mínimo daquilo que é esperado pelos funcionários da Polícia Civil do Paraná.

Temos acompanhado a presença de área de representantes de todas as categorias funcionais da Polícia, quer neste plenário, quer em nosso gabinete. E indagando a todos e a cada um, pudemos sentir o desalento e a decepção para com o texto original do Poder Executivo.

A história deste Estatuto é muito longa, cheia de meandros, de artimanhas e frustrações classistas. O Estatuto da Polícia Civil foi apresentado pela primeira vez, através de um trabalho realizado pela Associação dos Delegados de Polícia, no ano de 1971.

Depois de quinze anos de pesquisas e estudo, o documento continha na ocasião, 428 artigos, com direitos e deveres do funcionário policial civil. Acabou, depois de vários episódios, sendo sancionado somente em 1974, no dia 14 de maio, durante o Governo Emílio Gomes, com apenas 97 artigos, referentes à parte punitiva e disciplinatória.

Foi mais o Código Disciplinar do que um Estatuto de uma instituição. De maneira incrível, aliás, própria e típica, 331 artigos foram amputados, eliminados do diploma por um dos maiores inimigos do funcionalismo público e também um dos maiores salários públicos do Paraná, o insensível ex-Secretário Véspero Mendes.

Agora, no fim do atual Governo, depois de demorados estudos, de ouvidos órgãos de classe perante a Comissão desta Casa, especialmente constituída para analisar o projeto do Estatuto da Polícia Civil do Paraná, as reivindicações de todas as entidades de classes ouvidas ao acolhimento do referido estatuto, a votação.

E a verdade deve ser dita: aqui estão os policiais civis do Paraná, portestemunhas, o Estatuto só chegou a esta Casa após o movimento reivindicatório dos policiais denominado de "Greve Branca" com paralisação parcial da Polícia Civil do Paraná, no ano passado.

Somente a pressão exercida, somente após a pressão exercida, foi que o Sr. Governador do Estado dignou-se ao envio da matéria a este Poder.

Isso todos sabem e não há como negar.

Ocorre, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a decepção foi muito grande. O anseio maior com relação ao Estatuto era que este produzisse uma melhoria salarial substancial. Uma equivalência dos vencimentos dos delegados do Ministério Público. O que em decorrência corrigiria os vencimentos de todos os policiais civis do Paraná, porque é com base no salário do Delegado que se fixa os vencimentos das demais categorias.

Esta era a pedra do toque do Estatuto que hoje se discute em terceira e última discussão. Além de um regime digno de trabalho, uma remuneração condigna. Por este motivo, ele era tão ansiosamente aguardado.

Infelizmente o Governador do Estado falhou mais uma vez com a Polícia Civil e seus funcionários. Não só o anexo de vencimentos nada continha, como muito pouco conteve e

continha a emenda aditiva que altera ou alterou estes anexos, como capítulos inteiros que constavam do trabalho original foram eliminados.

E vou mencionar apenas um ou dois dos mais importantes.

E o direito de auxílio e moradia simplesmente desapareceu. O Secretário de Segurança que não se dá com seus chefidos, tentou de forma demagógica, isto sim, demagógica, anular o impacto. Anunciou à imprensa e nós temos os jornais de mais de ano, que construiria mais de seiscentas residências no interior do Estado aos policiais civis.

E onde é que estão estas seiscentas residências? Fica a pergunta no ar.

Mentira, nenhuma sequer foi construída. Afirmação de compromisso assumido, mas não cumprido.

Isto sim, é demagogia. Não defender aos interesses de uma instituição como temos feito ao longo deste nosso mandato.

Pois, se lutar com dedicação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se ter o cuidado de encaminhar emenda por emenda, se estudar um código de leis com seriedade, cumprindo o regimento e se ter a coragem de vir ao plenário, debruçar sobre um assunto durante longos meses, se isto for demagogia, pois então, eu sou um demagogo.

O auxílio-moradia de que tanto foi falado, foi negado e nenhuma solução prática foi dada.

Imagine Sr. Presidente, imaginem Srs. Deputados, o drama de um agente de segurança, de um motorista policial, de um servente de necropsia, de um escrivão de polícia, ser designado para servir numa cidade longínqua como Foz do Iguaçu e Cascavel, com um salário de cerca de Cr\$ 40.000,00, quando chega isto e ter que pagar Cr\$ 30.000,00 de aluguel por uma casa de madeira, num distrito às vezes até muito afastado da sede. Enquanto, verificamos que a Polícia Federal constrói conjuntos habitacionais, fornece diárias que a Polícia Militar atende a alguns com apartamento à Polícia Civil do Paraná, aquela que está sendo "aquinhoadá" com um Estatuto que não representa seus anseios, abandona o servidor à própria sorte, determinando a sua enfavelização.

Este é o tratamento do Governo Ney Braga ao policial civil do Paraná.

Caberia a esta Casa, se está cerceada de emendar o Estatuto, no que se refere a aumento de despesa, pelo menos aprovar as vinte e quatro emendas que permitem a sobrevivência da Polícia como instituição.

Emendas aprovadas, por unanimidade pela Comissão Especial e que, ontem, desgraçadamente, o Líder do Governo tachou muitas delas de absurdas, de inoportunas, de inconvenientes! Se essas emendas foram, ou são inoportunas, ou inconvenientes, os Deputados, inclusive do seu Partido, o PDS, que as aprovaram na Comissão, também são Deputados despreparados. Com o que eu não concordo, porque as emendas, na sua totalidade, foram e são, legítimas, oportunas e constitucionais.

Portanto, a alegação do Líder do Governo de que se trata de emendas que o seu Partido rejeitou, absurdas e inoportunas? Isso foi uma forma de tentar justificar o injustificável.

O instituto da inamabilidade, foi extirpado do Estatuto sob pretexto de sua presença ser inconveniente ao serviço policial.

É muito fácil dizer que esta ou aquela emenda — é inconveniente ao serviço policial, em decorrência de sua rejeição, qualquer servidor policial civil poderá ser removido para qualquer lugar, sem nenhum critério justo, com a rejeição da Emenda 26, que ocorreu, ontem, nesta Casa, pela maioria dos Deputados do PDS.

Este é o Estatuto que o Senhor Governador do Estado mandou de presente, no fim de sua gestão, à Polícia Civil do Paraná!

Os policiais tornados inválidos, vítimas de acidentes de

serviço, em razão de ferimentos sofridos em missão, não seriam amparados se não aprovássemos a Emenda n.º 42. Emenda altamente oportuna e humana, porque veio não só corrigir injustiças, contra algumas dezenas de policiais inválidos, e assegurar o direito daqueles que, infelizmente, venham a se tornar inválidos, daqui para frente.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a seriedade com que tratamos esse assunto, a forma como nos debruçamos e nos preocupamos com esta matéria.

Isso é demagogia?

Demagogia é dizer inverdades.

Demagogia é tachar emendas aprovadas por uma Comissão de absurdas, de inoportunas, ou estranha ao objeto em discussão.

Isso é demagogia.

Isso é brincar com o interesse do povo.

E nós não podemos, de forma alguma, nos calar diante dessas afirmações.

Apenas para se fazer um paralelo de como está nossa Polícia Civil do Paraná, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, oferta à família de qualquer policial morto em serviço, uma casa, pensão integral e bolsa de estudos até a conclusão da universidade, para seus filhos, como reconhecimento da comunidade, pelos trabalhos de seus pais.

O policial civil do Paraná tem o salário mais baixo do País. Isso prova a desconsideração do Sr. Governador Ney Braga, ao ignorar os problemas e os anseios da classe, e a omissão vergonhosa do Sr. Secretário da Segurança Pública, em jamais procurar defender os seus subordinados; vencimentos, na ordem de um terço do que paga São Paulo, é o que paga o Paraná — metade do que paga o Rio, metade do que paga Pernambuco, Goiás, Santa Catarina, enfim, todos os Estados do Brasil! Triste realidade a nossa! E o Estatuto veio corrigido, todas as injustiças que haviam na Polícia Civil do Paraná — segundo o Líder do Governo! E o pior é que, agora, dias antes de deixar o Palácio Iguaçu, o Sr. Governador Ney Braga baixa um decreto concedendo uma Gratificação de Representação para alguns Delegados de Polícia, e se esquece das demais carreiras, como se estas não tivessem os mesmos direitos! Uma gratificação de Cr\$ 20.000,00, uma delas, inferior até à Gratificação de Produtividade que é paga a todos os funcionários de nível superior do Estado, menos para policial, inferior à concedida aos Advogados da Procuradoria do Estado, um quarto do que paga aos Juízes e Promotores. Por que essa discriminação?

O incrível, Sr. Presidente, o incrível, Srs. Deputados, é que, nem para todos os Delegados de Polícia esta gratificação é paga; ficaram de fora, os Operacionais — Delegados de Carreira; os Administrativos — Delegados de Carreira; o Pessoal da Corregedoria da Polícia Civil — Delegados de Carreira; Funcionários — Delegados de Carreira, que prestam serviço no SAE - Serviço de Assistência e Emergência da Polícia Civil — que prestam relevantes e inegáveis serviços à causa pública, os adidos, os Funcionários do FUNRESPOL, e tantos outros. Por que essa discriminação?

Se a intenção do Sr. Governador do Estado ao baixar este decreto foi dividir ainda mais, não sabemos, talvez, o fato é que os médicos legistas, também policiais civis, os peritos criminais, também policiais civis, os toxicologistas e os químicos legais, também policiais civis não existem, para o Sr. Governador, porque não foram beneficiados por esse decreto. Hoje, Sr. Presidente, hoje, Srs. Deputados, estão em todo o Paraná, policiais a aguardar o Estatuto tão almejado, há 21 anos atrás, aguardam um trabalho sério, pensaram e acreditaram na independência deste Poder, vieram todos, para assistir a sua aprovação, dos mais diferentes órgãos da Polícia Civil deste Estado, vieram os Presidentes de entidades, e as Emendas, anteontem, ontem e hoje colocadas em votação foram, todas, solicitadas, sugeridas a nós Deputados, pelas entidades de classe, vieram ver

a consagração da Polícia Civil do Paraná com a privacidade da direção do cargo de Delegado Geral de Polícia, a um dos seus membros, um Delegado de Carreira, vieram assistir a independência também, das suas entidades que poderão, a exemplo da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, ter os seus Presidentes à disposição das mesmas como são todos os sindicatos livres. Isto eles vieram ver mas não viram, porque os Srs. Deputados do PDS, com exceção do Deputado José Domingos que se portou coerentemente com a sua posição da Comissão Especial, rejeitaram mais esta Emenda que era, indiscutivelmente, o anseio das entidades de classe da Polícia Civil do Paraná; vieram, Sr. Presidente, voltaram, sentiram e viram que este Poder, infelizmente, não é independente, não é livre para se posicionar diante de assuntos que, de um lado, está o Governo, do outro lado está o povo. Toda vez que um assunto em discussão nesta Casa tem de um lado o Governo, e do outro lado o povo, a Bancada do PDS fica do lado do Governo. Com raras e honrosas exceções, que é o caso do Deputado José Domingos neste especial assunto da Polícia Civil e a nossa bancada sempre se posicionou favoravelmente do lado dos interesses maiores, que são os interesses da coletividade.

Os policiais que ontem, anteontem e hoje, ainda aqui estão, e os que foram embora, mas esperam que esta Casa, de gloriosas tradições, não compactue daqui para a frente, com a infeliz administração do Secretário da Segurança, administração do escândalo da CIRETRAN de Maringá tão omitida nesta Casa, escândalo de corrupção que envergonha a todos nós, que diariamente os jornais do Paraná estão a estampar a corrupção acobertada pelo Coronel Oswaldo Cruz, Diretor do DETRAN a quem nós conhecemos muito bem. Corrupção acobertada pelo Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, corrupção acobertada pelos Deputados do PDS que apresentam Maringá nesta Casa. Só porque o autor desta corrupção é o cidadão chamado Antônio Paulo Puppi, este sim, candidato a Deputado pelo PDS, este sim, interessado em ganhar as eleições de Maringá, para vir a esta Casa, para infelicidade do povo do Paraná, defender não só a sua corrupção, como as milhares de corrupções que existem nas dezenas de CIRETRANS que existem neste Estado, sob o mais silencioso manto do acobertamento por parte das autoridades maiores deste Estado.

Os policiais que aqui vieram e os que aqui estão, esperam desta Casa de gloriosas tradições que não compactuam os mais com estas omissões vergonhosas, criminosas de corrupção que estão espalhadas por este Estado. Nós não nos omitimos, não. Nós, sempre que temos conhecimento de fatos que envolvem ou denigram uma instituição, nós temos a coragem de vir aqui e de forma pública, não ter aqui um comportamento e lá fora outro como muitos que estão aqui, tem, em especial a Bancada do Governo, infelizmente. Temos a coragem de denunciar, porque é para isto que o povo do Paraná nos mandou para cá, para ser o seu legítimo, honesto, digno e honrado representante e esta corrupção vergonhosa, que monta em torno de quatro milhões de cruzeiros por mês na CIRETRAN de Maringá está sendo silenciosamente acobertada pelo manto vergonhoso da omissão, mas nós não nos omitiremos e é para isto que aqui estamos.

Apenas para ilustrar este nosso posicionamento, cito uma informação que tenho, segura, de que a corrupção em Maringá, na CIRETRAN chega a tal ponto que a Comissão constituída de três delegados honrados: Dr. Ivo Dinievich, Dr. Marco Antônio Bassan e Afonso Klein, foram destituídos da Comissão porque estavam em Maringá...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente. Eu peço informação a Vossa Excelência...

O SR. JOSÉ TAVARES — ... e o Secretário de Segurança Pública e o Coronel Oswaldo Cruz, Diretor do DETRAN...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para a questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, nós estamos discutindo a matéria específica da Ordem do Dia, o artigo 25 do Regimento Interno da Casa, inciso 7.º dispõe que as discussões devem se ater à matéria. O problema da CIRETRAN de Maringá não tem nada a ver com o Estatuto da Polícia, Sr. Presidente e para que a Sessão não degenerar como aconteceu anteontem, porque a toda ação corresponde uma reação, porque vamos cansar de estar ouvindo ataques gratuitos à Bancada do Governo e vai haver uma reação. Então eu peço a Vossa Excelência no resguardo da dignidade desse Poder, que faça cumprir o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do Deputado Tavares que se atenha à discussão da matéria em tese.

O SR. JOSÉ TAVARES — ... Sr. Presidente, estou falando da Polícia do Paraná. CIRETRAN, é um órgão da Polícia do Paraná, só porque estou falando em corrupção... Vou me ater da mesma forma que o nobre Líder do Governo ontem se ateu à discussão do Estatuto toda vez que ia à tribuna falar para falar da minha pessoa. Como se fosse eu aquele que estivesse em julgamento nesta Casa e não o Estatuto da Polícia Civil. Agora, eu não tenho culpa se três delegados de polícia de carreira que são regidos por este Estatuto, foram destituídos de uma Comissão porque estavam, e buscavam, e esclareceram a verdade. Não tenho culpa também se o Coronel Oswaldo Cruz acoberta esse tipo de corrupção.

Mas, prosseguindo Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: que este Estatuto que entra hoje em terceira discussão, ele não é aquilo que os Policiais Civis do Paraná queriam ou esperavam. Entendi que era oportuno, este nosso comparecimento na tribuna, nesta tarde, para dizer o que disse, como forma de que os Anais desta Casa registrem a verdade e que amanhã, não venham não só os homens do Governo como alguns de seus admiradores, a falar que este Estatuto veio solucionar quase todos os problemas que afligiam a Polícia Civil do Paraná.

Muitas das reivindicações que se aprovadas, viriam aprimorá-lo, foram rejeitadas; muitos apelos não foram ouvidos. A grande verdade, é que este Estatuto, continua ainda a dever em muito à Polícia Civil do Paraná. Lamento, profundamente, que das 24 emendas que a Comissão Especial aprovou por unanimidade, apenas doze foram aprovadas ou foram acolhidas pela Bancada do PDS nesta Casa. De nossa parte, tenho a certeza, de dever cumprido, tenho a certeza de que procuramos ao estudar a fundo o assunto e a matéria, cumprido com o nosso dever.

A nossa Bancada não ficou surda aos clamores e aos apelos da Polícia Civil do Paraná. Se o pretexto de que uma ou outra emenda não pôde ser acolhida, e este pretexto foi do PDS ou foi em decorrência das deficiências econômico-financeiras do Estado, por que é que esta mesma Bancada do PDS não aprovou uma emenda que não onera em nada os cofres públicos do Estado? Por exemplo, a emenda que privatizaria o cargo de Delegado Geral de Polícia a Delegado de Carreira. Como por exemplo a emenda que tornaria permissível o acesso dos policiais civis categorizados pertencentes a polícia científica ao mais alto cargo da sua corporação, que é a Divisão da Polícia Científica. São emendas que não alteram em nada as finanças do Estado. São emendas justas e aprimradoras, emendas que vêm de encontro aos anseios de toda uma categoria.

Agora, se nós formos buscar as razões reais das suas rejeições, nós vamos encontrar nitidamente o fundo político nesse posicionamento. Apesar de que nós não entendemos que a participação política num estatuto como este seja coisa imoral. Absolutamente. Política é o que nós estamos fazendo; política é o que nós fazemos no dia a dia desde que o fazemos com seriedade. Mas, o objetivo político a que me referi, é o objetivo político imediato do interesse, inteira flexibilidade de pôr quem quer que seja num ou noutro cargo que irá para lá desempe-

nhar as funções de acordo com os interesses dos detentores do momento.

O Estatuto hoje entra, já está em terceira discussão; será a última discussão normal, porque na próxima sessão ele estará em fase de Redação Final. Será aprovado, depois de 21 anos um Estatuto um pouco melhor do que o atual.

Lamento, infelizmente de ter que não coparticipar porque a nossa posição ficou muito clara, da aprovação de um estatuto que não corresponde aos anseios da Polícia Civil do Paraná. Mas a história haverá de fazer justiça lá na frente, àqueles que realmente defenderam a instituição policial como um todo e àqueles que negaram a ela o direito de caminhar livremente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em discussão o Projeto de Lei Complementar n.º 37/81. Encerrada a discussão. Está em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Requeiro a Vossa Excelência, retire a Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 17.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhamos atentamente o pronunciamento do Deputado José Tavares. Realmente as emendas apresentadas na Comissão Especial foram todas elas objetivando o aprimoramento do Estatuto da Polícia Civil. Entendíamos serem emendas altamente importantes, como continuamos a entendê-las serem emendas altamente importantes, como continuamos a entendê-las da mesma forma. Tanto é que temos votado favoravelmente às emendas e continuaremos a votá-las nesta terceira discussão.

No entanto, é bom salientar que o Estatuto da Polícia Civil, esta solicitação antiga da classe policial, em seu texto original na Mensagem 39/81, de 30 de abril de 1981, o Sr. Governador apresenta vários itens que determinam vantagens a classe policial civil do Paraná, em suas diferentes carreiras.

E antes de votarmos esta matéria, temos que reconhecer que houve a sensibilidade do Governador Ney Braga em vários pontos, no sentido de auxiliar a classe policial, classe policial que o Governador Ney Braga muito preza, pois o início de sua atividade pública foi justamente como Chefe de Polícia.

Ainda há dias passados, quando num contato com futuros delegados que serão brevemente nomeados, o Governador Ney Braga relembra de passagens suas como Chefe de Polícia. Se não foram dadas todas as vantagens esperadas pela classe policial, é porque o Estado não tem o suporte devido e necessário, porque não temos dúvidas, se fossem possíveis as melhorias financeiras às diferentes carreiras policiais, isto seria dado.

Houve o aditamento do Sr. Governador que, insistimos em dizer, não chegou aquilo que esperava a classe policial, mas foi um alento de que melhorias poderão vir em termos futuros. Houve melhorias para os motoristas policiais; para os auxiliares de necrópsia; para os agentes de segurança; em especial para os escrivães, que foram equiparados aos detetives; os investigadores, que foram promovidos à condição de detetives, com o desapa-

recimento da carreira de investigador.

Entre as muitas vantagens apresentadas no texto original, podemos citar o caso do artigo 6.º, em que há a elevação para 11 membros do Conselho da Polícia Civil. Hoje, este Conselho é composto de sete membros, sendo que o Sr. Secretário de Segurança indica dois representantes. E com o Estatuto com 11 membros, o Secretário indicará apenas um representante.

Quanto e quantos agentes de polícia hoje exercem funções como carcereiros e, quando das fugas, são responsabilizados e punidos pelas mesmas? Houve o cuidado, no Estatuto da Polícia Civil, na criação da carreira de carcereiros. Isto no artigo 9.º, inciso 12, que cria a carreira de carcereiros, desobrigando os agentes desta tarefa, o que em razões de fuga é resultado, como dissemos, sindicâncias com condenações administrativas e penais.

O outro ponto importante, importantíssimo, no Estatuto da Polícia Civil, — segundo a Mensagem do Governador, é o da remoção, artigo 39, combinado com o 229. Evita a remoção por simples perseguição de caráter administrativo ou político, pois defenderá a remoção de sindicância que comprove a falta administrativa.

No estágio probatório, é avaliada a eficiência e produtividade, bem como dedica o artigo 37 às atividades policiais para permanecer na carreira. Ponto importante para os agentes de segurança. Esta classe que é o verdadeiro coração da polícia, a linha de frente da polícia. Os agentes de segurança poderão ser promovidos por acesso a detetives, num percentual de 50%. Artigo 40, parágrafo 1.º.

A promoção por merecimento. O artigo 44, inciso 1.º, eficiência revelada no desempenho funcional, ou seja, na carreira policial civil.

O artigo 44, do parágrafo 2.º, fala do merecimento. O policial que estiver na lista triplíce, sem motivos, não poderá dela ser retirado.

O corte de vencimentos. Artigo 79, parágrafo 1.º, não poderá o corte de vencimentos ser superior a 60 dias, prega o Estatuto da Polícia Civil no seu corpo original. O que não ocorre hoje. Hoje, o funcionário chega a ficar até cinco anos com corte de vencimentos. Os policiais que estão à época de aposentadoria, sempre demonstraram preocupação em vários contatos que mantiveram conosco, que após muitos anos de trabalho, deixariam de ser policiais, de ter todos os direitos de policiais. O Estatuto da Polícia Civil repara esta situação. Porte de armas e insígnias. É assegurado o uso, mesmo na inatividade, evitando-se a situação que consideramos vergonhosa dos dias de hoje, em que o policial, após 35 anos, se obriga a devolver a insígnia e é proibido do uso de armas.

Isto consta do artigo 73, da Mensagem 39/81, no item 71.

Uma nova vantagem: a gratificação. É uma vantagem outra que o policial poderá perceber e será regulamentada esta vantagem, esta gratificação por decreto posterior. Isto está mencionado no artigo 86, do item 1.º.

Ajuda de custo. Outra vantagem para a classe policial, no Estatuto, na Mensagem do Sr. Governador. Artigos 93 e 98. Poderá o policial civil receber até 50% quando removido para as despesas iniciais. O que não ocorre hoje. Hoje o policial quando é removido chega a fazer empréstimos junto às suas associações de classe para poder fazer frente à mudança. E paga juros altos, para se deslocar. Com o Estatuto, o policial, quando removido, ele terá ajuda de custo. É um ponto muito importante, o auxílio médico-hospitalar, artigo 107.

Agora ainda, nestes dias, em Maringá, o policial Cristo, em perseguição a marginais sofreu um acidente. Tem sérios problemas de saúde. Foi internado num hospital em Curitiba com percentual do IPE; se já o Estatuto da Polícia Civil estivesse em vigor, ele teria todo o atendimento médico-hospitalar pago. Teria tudo pago pelo Estatuto que o Sr. Governador man-

dou para esta Casa. No entanto, como o estatuto não está ainda aprovado, ele está lá, pelas expensas do IPE perdendo uma série muito grande de vantagens.

O artigo 107 do Estatuto diz: Quando lesionado em serviço, ou portador de doença profissional, a assistência será integral pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Terá ainda, observem bem, um mês de vencimentos, quando se completar 12 meses de afastamento.

Outras vantagens, artigo 112. Transporte de mudança e família. Quando o policial falecer em serviço, todas as despesas de remoção do corpo, da família e mudança, serão por conta da Secretaria da Segurança Pública. Há dias passados, um policial morreu aqui e a União da Polícia Civil é que teve de dar assistência, porque não existia ainda o Estatuto da Polícia Civil. E nós perdemos, para completar, que vemos o nosso tempo esgotado, a conversão de pena disciplinar em multa. Para facilitar a sobrevivência do policial, haverá conversão, em 50% no artigo 227.

E citaríamos ainda, o caso do aditamento, com melhorias para as carreiras de agente de segurança, motoristas, auxiliares de necropsia etc. E muitas vantagens seriam apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 17.

Os Srs. Deputados a aprovam, queiram se conservar como estão. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 18.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e será procedida a chamada nominal.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam à chamada 34 Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberação.

A Mesa registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Sr. Deputado Del Ciel, ex-Deputado e Prefeito Municipal de Londrina.

Está em votação a Emenda n.º 18. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 19. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 20. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 22. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 23. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 24. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 29. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 30. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 32. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 37. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 42. — **Aprovada.**

Está em votação o Projeto de Lei Complementar n.º 37/81. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO II", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina - Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/82, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS", com sede e foro na cidade de Rolândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIO-ERÊ", com sede e foro na cidade de Goio-erê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que estabelece nos mesmos percentuais fixados pela previdência social federal, a contribuição do funcionário aposentado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para requerer a Vossa Excelência que faça constar na Ata dos trabalhos de hoje, que a nossa Bancada votou a todas as emendas, 24 de Comissão e um de Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, a votação não foi nominal. Foi simbólica.

Vossa Excelência, hoje, não pode avaliar quem votou a favor, quem votou contra. A nossa Bancada votou contrariamente às emendas que não foram aprovadas. Agora, a Mesa não pode deferir de pronto um requerimento dessa natureza, portanto a votação foi simbólica.

Como é que Vossa Excelência pode avaliar, hoje, a votação de ontem? Quem votou a favor, quem votou contra?

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria de indagar como Vossa Excelência se posiciona diante da minha Questão de Ordem e da Questão de Ordem do Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Realmente, a Questão de Ordem do Sr. Deputado Erondy Silvério tem fundamento, porque a votação foi simbólica. Inclusive, houve Deputados do PDS que votaram favoravelmente.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, invocando o artigo 166, do Regimento Interno, que diz que: na terceira discussão votar-se-ão, em primeiro lugar as emendas, uma a uma, sendo feita em seguida a votação do projeto, quero apelar a Vossa Excelência porque Vossa Excelência não colocou todas as emendas em votação, e sim as aprovadas na Sessão de ontem.

Logo, Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência colocasse em votação as rejeitadas, para que pudéssemos nos pronunciar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — As emendas rejeitadas não voltam mais a consideração do Plenário.

O SR. JOSÉ TAVARES — Apenas então que se registre, Sr. Presidente, que a nossa Bancada votou favoravelmente a todas. O que ocorreu ontem. Não estou pedindo nada de mais.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Trata-se de matéria vencida.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, apenas que se anote. Já que Vossa Excelência não colocou em votação, não submeteu à apreciação do Plenário, nos termos do artigo 166, deste "livrinho verde" aqui, que vez ou outra vive sendo descumprido, Sr. Presidente, como é que nós vamos nos pronunciar sobre uma emenda se ela não é colocada em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Mas, Deputado, as emen-

das não poderiam voltar à votação, por se tratarem de matéria vencida, elas foram rejeitadas pelo Plenário, na Sessão de ontem.

O SR. JOSÉ TAVARES — Ontem? Ontem?!
E na de hoje?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Na de hoje, não existem mais.

O SR. JOSÉ TAVARES — Mas como? Não são duas votações?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Matéria rejeitada não pode mais ser objeto de apreciação pelo Plenário, nobre Deputado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 35/82), que autoriza o Poder Executivo, a contrair empréstimos, através de Entidades da Administração Indireta do Estado, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 30/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta ou Indireta, autorizado a contrair empréstimos, prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outro tipo de garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, em operações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, destinados a dar suporte aos seguintes programas:

I — Empréstimos até o valor correspondente a 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's, equivalentes em fevereiro de 1982 a Cr\$ 534.331.000,00 (quinhentos e trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e um mil cruzeiros), para aumento do capital social do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE;

II — Empréstimos até o valor correspondente a 660.000 (seiscentas e sessenta mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's, equivalentes em fevereiro de 1982 a Cr\$ 1.007.595.600,00 (um bilhão, sete milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e seiscentos cruzeiros), para aumento do capital social do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, e/ou aplicação no Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;

III — Interveniência do Estado mediante a concessão de aval ou fiança ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER em empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE até o valor correspondente a 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's, equivalentes em fevereiro de 1982 a Cr\$ 2.595.322.000,00 (dois bilhões, quinhentos e noventa e cinco milhões e trezentos e vinte e dois mil cruzeiros), para complementação dos Programas I e III de Rodovias Vicinais.

Art. 2.º — Para os fins autorizados no artigo 1.º desta lei, o Poder Executivo poderá vincular, em caráter irrevogável e irretratável, as parcelas das cotas-partes que couberem ao Estado do Paraná, das transferências da União previstas nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal.

Art. 3.º — A execução do disposto nesta lei, poderá efetivar-se em um ou mais exercícios financeiros, em mais de uma operação, e em qualquer data.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 30/82

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei n.º 30/82, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, através da Administração Direta e Indireta, a contrair empréstimos, prestar fiança ou aval, concede contragarantia de fiança de aval ou de qualquer outro tipo de garantia prestada por entidade da Administração Indireta do Estado, em operação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, nos valores e com destinação que especifica.

Nos termos regimentais legais e constitucionais, a que é chamada a opinar a matéria esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que o projeto está devidamente justificado pela Mensagem 35/82 do Senhor Governador do Estado, com detalhada exposição de motivos das reais finalidades a que se aplicarão os recursos financeiros aqui especificados e para os quais está se solicitando a competente autorização legislativa.

A competência constitucional para a iniciativa do processo legislativo é do chefe do Poder Executivo, estando portanto em condições de ter a sua tramitação normal por esta Casa, não havendo qualquer óbice legal ou constitucional que possa obstar a sua aprovação.

Deixando a análise do mérito para as demais comissões técnicas, que por certa a apreciação, afirmamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 30/82

De autoria do Poder Executivo, este projeto de lei intenciona obter autorização legislativa que proporcione a oportunidade, ao Governo do Estado, de contrair empréstimos, através entidades da Administração Indireta, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e que servirá à consecussão de variadas metas administrativas, na forma como especificado na Mensagem n.º 35/82.

As razões que justificam a propositura são esposadas detalhadamente na exordial, donde se infere a perfeita compatibilidade do pretendido, com os recursos necessários a satisfação posterior dos empréstimos.

Assim, entendemos perfeita a viabilização do pretendido, motivo pelo qual opinamos de maneira favorável à aprovação da medida.

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GABRIEL MANOEL — Relator

Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O presente projeto de lei visa autorizar o Executivo, a contrair empréstimos, prestar fiança, ou aval e conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outro tipo de garantia prestados por entidades da Administração indireta do Estado, em operações junto ao BNDE e, destinadas a dar suporte aos seguintes programas:

Empréstimo no valor de 350.000 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com o fim específico de integralizar capital do BRDE;

Empréstimo até o valor correspondente a 660.000 ORTN's para integralização do capital social do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP;

Interveniência do Estado, mediante concessão, aval, ou fiança, ao Departamento de Estradas de Rodagem, empréstimo junto ao BNDE até o valor correspondente a 1.700.000 Obriga-

ções Reajustáveis do Tesouro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece ser exatamente na Mensagem do Sr. Governador Ney Braga, o que diferencia a atitude frente ao Paraná, do Partido atualmente no Governo, e da Oposição.

Senão vejamos, Sr. Presidente:

É o próprio Sr. Governador, na sua Mensagem, que, justificando os empréstimos pleiteados para integralização de Bancos cujos balanços no último exercício deram prejuízo, é o próprio Sr. Governador do Estado que diz o seguinte, pedindo dinheiro para integralizar capital do BADEP e do BRDE, e eu chamo a atenção dos Srs. Deputados porque chamo também a atenção dos Srs. Deputados para o balanço do BADEP mostrando prejuízo no ano passado e, agora, estamos a autorizar dinheiro para integralização de capital daquele Banco, mas, vejamos o que diz o Sr. Governador, para justificar tal pretensão:

"A médio prazo, o Estado pretende estimular criação de indústrias cuja produção final seja destinada à exportação."

E é a isto que é preciso ser chamada a atenção do Estado do Paraná, porque, estamos a emprestar dinheiro para integralizar capital, num Banco que vai, a médio prazo, no dizer do Sr. Governador do Estado, "estimular a criação de indústrias cuja produção final seja destinada a exportação".

Senhores Paranaenses!

Este é um Estado em que o Governador vai a uma reunião de empresários, e, como grande dado da sua Administração afirma e afirma pela televisão inclusive, que, geramos nos últimos quatro anos, ou nos últimos três anos e meio, cinco milhões de dólares líquidos, em exportações, e, nós, desta tribuna, já por diversas vezes chamamos a atenção para esse fato. Realmente o Paraná está gerando divisas líquidas para o País, mas o Sr. Secretário de Finanças deste Estado também tem admitido que este é um Estado que não sabe produzir sequer vassoura para varrer, é um Estado que sequer sabe produzir sapatos para calçar, é um Estado que não sabe sequer produzir aquilo produzido pelas indústrias mais rudimentares e estas declarações são do Sr. Secretário de Estado, razão pela qual a balança de pagamentos do nosso Estado é deficitária, porque nos ainda não aprendemos ou não sabemos ou não podemos fazer sequer vassoura, no dizer do Sr. Secretário de Finanças.

E agora estamos pleiteando empréstimos para integralizar fundos para capital de um Banco que pretende fazer indústrias para exportação isto é, para gerarmos mais divisas líquidas para o Brasil que tem sido o padrasto deste Estado. Senão vejamos, Senhor Presidente: acerca de três meses, o ex-Ministro de Transportes, Eliseu Rezende, já preparando a sua campanha Política, em Minas Gerais, assinava em Montes Claros no norte de Minas Gerais, assinava recursos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para a pavimentação de três mil quilômetros de estradas vicinais; três mil quilômetros de estradas vicinais, serão feitos pelo Governo Federal em Minas Gerais. Quantos quilômetros de estradas estão sendo construídas neste Estado pelo Governo Federal? Pelo que eu saiba, Sr. Presidente e aqueles que moram no sudoeste irão me dar razão. Chamo aqui, se estiver presente, o testemunho dos engenheiros que até há pouco tempo estavam no DER. Faz sete anos que adiante da Ponte do Rio Iguaçu, entre Três Pinheiros e Pato Branco, a estrada se encontra sem reparos, porque o DNER diz não ter recursos. Faz cinco anos que na Serra da Esperança os viadutos não são terminados por falta de recursos e faz três anos que a estrada entre União da Vitória e Palmas no trecho do DNER está praticamente interditada por um deslizamento e o DNER alega que não tem verbas.

E o que faz o Governo do Paraná nesta mensagem e não se me impute aqui que estamos a fazer oposição ao Sr. Ney Braga, porque não será ele que irá gerir estes recursos. Estamos a nos propor a emprestar dinheiro para construirmos mais

um quilômetro de estradas vicinais e quando eu chamo a atenção dos Senhores Deputados é para mostrar claramente, com o respeito que o Senhor Ney Braga merece deste Deputado, que este é um Estado para o qual a Nação não olha, e não adianta os candidatos do Governo agora irem à televisão, ilegalmente, digam-se de passagem, até a acusar o intermediário paranaense, e dizerem pela televisão que o que importa é preço.

Passou o momento destes homens reivindicarem, o que deveriam, quando no Governo, reivindicado para que o Paraná não fosse tratado como tem sido tratado, como um filho espúrio. Esta é a grande verdade. Nem para tapar um buraco o DNER está presente no Paraná, mas para pavimentar três mil quilômetros de estradas, em Minas Gerais, preparando a campanha política do Sr. Eliseu Rezende, o DNER se faz presente e o Sr. Presidente da República foi a Montes Claros presenciar a assinatura daquele plano de três mil quilômetros de estradas pelo DNER.

Esta é a mágoa deste paranaense que tem neste momento, quando tem de autorizar mais um empréstimo, primeiro para integralizar capital de um Banco que não deu resultados positivos no último exercício, que foi o BADEP, pelas conjunturas que nós inclusive concordamos e discutimos nesta tribuna e até aceitamos, pela conjuntura nacional. Entra em falência o nosso Banco que teve de pegar maiores recursos para o Programa PRÓ-ÁLCOOL, de interesse quase que exclusivo do Governo Federal.

Temos de dar recursos ao DER para fazer mais 1.000 km de estradas, como já demos no passado aos governos anteriores e mesmo a este. Enquanto isso o que faz o Governo Federal em relação ao Paraná, nem se quer lembra que existe o Paraná, não se dá nem a importância ao nosso Estado e tanto é verdade, que o Governador que hoje sai, passa por um desconhecido e aqueles que me contestarem que leia um dos mais lidos comentaristas políticos do Brasil, que é o Sr. Geraldo Mourão de Melo, no último domingo, na "Folha de São Paulo" quando se confunde o Sr. Ney Braga com o Governador de Santa Catarina e que será provavelmente, sucedido pelo Sr. Espiridião Hiamin, hoje Prefeito de Florianópolis.

É esse o quadro do paranaense que fazemos neste momento, inclusive para dizer, que se nós paranaenses não resolvermos lutar por este Estado, ninguém o fará. Porque enquanto o Sr. Eliseu Rezende e repito, estava preparando sua campanha com os 3.000 km de estradas, nós temos agora de onerar mais ainda os cofres deste Estado para fazer os mil e poucos quilômetros aqui pedidos. Temos de integralizar dinheiro para o BRDE, cuja atuação nós deveríamos melhor olhar para ver se realmente o BRDE está cumprindo aqui no Sul e, particularmente, aqui no Paraná, com as suas funções, porque no ano de 1980, a maior aplicação do BRDE foi para o PRÓ-ÁLCOOL, um programa que, naturalmente e todos os Srs. Deputados são testemunhas, não está a interessar grandemente a este Estado.

Com o respeito que merece o Sr. Governador que hoje sai do Poder, um homem a quem eu tenho respeito, e não titubeio de declarar da tribuna, eu acho que — é o momento independente de sigla partidária, termos uma posição nítida em relação à Federação, em relação à Nação, em relação ao Poder Central, que tem descuidado dos interesses do nosso Estado. E achamos que é chegado o momento de nos darmos as mãos para reivindicar, porque o nosso Estado não pode continuar como está, não pode ser marginalizado, sob pena de amanhã nos transformarmos no Nordeste do Sul brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua em discussão.

O Projeto de Lei n.º 30/82. — Em votação. Aprovado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) Solicito

verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência atenda -o requerimento do nobre Deputado solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 38 Srs. Deputados. A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 30/82, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.
26 Srs. Deputados aprovam; 9 Srs. Deputados rejeitam. —

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Túlio Marcondes de França Júnior, ocorrido no dia 09 do corrente, na cidade de Araçongas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 52/82 e 33/82, ambos de sua autoria, que visam dar nova denominação ao Município de Altamira e declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Presbiteriana desta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja determinada a juntada do projeto de sua autoria, que trata da reciprocidade de tempo de serviço do funcionário público, à Mensagem Governamental n.º 58/82, por se tratar de matéria idêntica. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja marcada a data de 29 de junho vindouro para entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, para o Sr. Líbero Massari. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que a Sessão Extraordinária marcada para hoje seja transferida para as 10:00 horas de amanhã, dia 14 do corrente, e a inclusão na Ordem do Dia, da Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, pela fecunda e inovadora gestão à frente da referida pasta. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo o fornecimento dos valores de verbas concedidas ao Município de Cascavel no ano de 1981, e se essas ver-

bas foram repassadas a fundo perdido. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da redação final para o Projeto de Lei n.º 35/82, de autoria do Poder Executivo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 34/82, que eleva o número de vereadores da Câmara Municipal de Umuarama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 46/81, que visa estabelecer a concessão de remissão de débitos de funcionários da Comissão da Receita do Estado e dá outras providências. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 90 e 91/81, de autoria do mesmo. — **Prejudicado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo o fornecimento dos valores de verbas concedidas ao Município de Cascavel no ano de 1981, e se essas verbas foram repassadas a fundo perdido, e caso contrário qual é a previsão e escalonamento dos respectivos pagamentos. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

4 Srs. Deputados aprovam; um Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão extraordinária para amanhã, dia 14, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 61/81 e 173/81.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/82.

Marcando uma Sessão Solene, para amanhã, dia 14, às 14:00 horas, destinada à posse do Senhor José Hosken de Novaes no cargo de Governador do Estado do Paraná.

Fica marcada ainda, uma Sessão ordinária para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 08/81, 153/81, 12, 16, 25/82.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 46/81 e 172/81.

Levanta-se a sessão.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1982

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	65.644.305,94	PESSOAL	130.200.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 – Venc. e Vantagens Fixas	2.000.000,00
202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas	84.706.922,99	211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil	43.328.399,67	211.103 – Contribuições de Prev. Social	3.000.000,00
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social	1.614.175,57	211.104 – Outras Obrigações Patronais	42.700.000,00
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais	676.301,67	211.105 – Inativos	10.600.000,00
202.112 – Material de Consumo	3.453.277,00	211.106 – pensionistas	1.000.000,00
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos	51.519.695,00	211.107 – Salário-Família	- 0 -
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores	286.931,12	211.108 – Outras Transf. a Pessoas	189.500.000,00
202.121 – Subvenções Sociais	- 0 -	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.122.1 – Inativos	42.611.392,12	211.201 – Material de Consumo	3.500.000,00
202.122.2 – Pensionistas	10.547.052,00	211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	25.500.000,00
202.122.3 – Salário-Família	950.308,20	211.203 – Desp. dos Exc. Anteriores	1.000.000,00
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudantes	11.939.000,00	211.204 – Subvenções Sociais	- 0 -
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	4.000.000,00	211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
202.122.6 – Outras Transferências a Pessoas	- 0 -	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	- 0 -
202.131 – Obras e Instalações	- 0 -	CAPITAL	30.000.000,00
202.132 – Equip. e Material Permanente	- 0 -	211.301 – Obras e Instalações	17.000.000,00
CONTAS PENDENTES		211.302 – Equip. e Material Permanente	1.000.000,00
203.101 – Despesas Diferidas	- 0 -	CREDITORES	
203.201 – Outras Contas Pendentes	15.355,06	212.101 – Despesas Empenhadas	22.572.188,40
TOTAL DO ATIVO		213.101 – Despesas Processadas	9.755.775,62
	321.293.116,34	213.20 – Folha de Pagamento	1.111.089,45
		213.30 – Restituições	142.626,62
		CONTAS PENDENTES	142.626,62
		215.101 – Outras Contas Pendentes	681.384,05
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	38.151.333,61
		216.209 – Processadas Creditores	265.503,52
		216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Procces. Folha de Pagamento	- 0 -
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	11.113.215,07
		TOTAL DO PASSIVO	321.293.116,34

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 10 de março de 1982.

a) DIRETOR FINANCEIRO

a) DIRETOR GERAL